

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1005895-17.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Reintegração / Manutenção de Posse - Obrigações
Requerente:	Sacramentana Negócios Imobiliários Ltda e outro
Requerido:	Lucimara Donizete Franço

SACRAMENTANA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA E OUTRO ajuizou ação contra LUCIMARA DONIZETE FRANÇO, pedindo a rescisão do compromisso particular de venda e compra, a reintegração na posse do imóvel e a condenação da ré ao pagamento de indenização pela ocupação do bem e dos débitos fiscais. Alegou, para tanto, que prometeu vender à ré o imóvel situado no lote 4265-B, quadra 118 do Loteamento Cidade Aracy, entretanto esta deixou de adimplir as prestações previstas no contrato.

A ré foi citada e concordou com os termos da petição inicial, desde que lhe seja concedido o prazo de sessenta dias para desocupação voluntária do imóvel.

A autora anuiu com a concessão do prazo pleiteado.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

A ré reconheceu a procedência dos pedidos formulados na petição inicial, de modo que cabe a este juízo apenas homologar a autocomposição do litígio.

Diante do exposto, homologo o reconhecimento da procedência dos pedidos formulados nesta ação, a fim de rescindir o contrato celebrado entre partes, reintegrar a autora na posse do imóvel, concedendo o prazo de sessenta dias para desocupação voluntária, além de autorizar a retenção, pela autora, das prestações pagas pela ré e condená-la ao pagamento dos encargos tributários relacionados ao imóvel, relativo ao período em que ali permaneceu residindo.



P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Determino à ré apresentar para a autora cópia das contas de consumo de energia elétrica e água do imóvel, pagas.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados por equidade em R\$ 600,00. A execução destas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil, pois defiro à ré o benefício da justiça gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 23 de junho de 2016.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA